

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Estudo Técnico Preliminar 42/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 073526/2025-52

**2. Descrição da necessidade**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 2, da Universidade Federal de Pernambuco. A obra compreende uma área total de intervenção de aproximadamente 9.049,57 m<sup>2</sup>. A contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Em 2006, a Universidade Federal de Pernambuco, pela primeira vez em sua história, expandiu suas atividades de ensino, pesquisa e extensão para além do Recife, através da implementação do Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru, no Agreste pernambucano, e do Centro Acadêmico de Vitória, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco.

Nesse sentido, em prosseguimento na estratégia de interiorização da Universidade, há a necessidade de expandir as atividades de ensino, pesquisa e extensão também para a mesorregião do Sertão do estado de Pernambuco.

Importante destacar que a implementação do Centro Acadêmico do Sertão insere-se no âmbito do Novo PAC – Expansão e Consolidação, programa do governo federal que prevê, por meio da construção de novos campi, a ampliação da oferta de vagas em regiões com baixo número de matrículas na educação pública superior<sup>1</sup>.

Nesse contexto, o município escolhido para implementação do Centro Acadêmico do Sertão trata-se de Sertânia, situado na microrregião do Sertão do Moxotó. A cidade possui uma população residente de aproximadamente 33 mil habitantes e fica a aproximadamente 312 km (via br-232) do Recife. Para a construção do Centro, a Prefeitura Municipal de Sertânia doou à Universidade um terreno de cerca de 120.000,00 m<sup>2</sup>, às margens da PE-280.

No Centro Acadêmico do Sertão, inicialmente, serão ofertados seis cursos de graduação: Administração Pública, História - licenciatura, Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, Engenharia de Energias Renováveis, Medicina Veterinária e Medicina. Tais cursos foram escolhidos tendo em vista necessidades específicas da região, e terão o escopo de fornecer formação qualificada, de modo a impactar positivamente o mercado de trabalho e o desenvolvimento sustentável da região<sup>2</sup>.

As atividades do Centro Acadêmico do Sertão iniciarão no dia 08/09/2025, com parte dos cursos escolhidos funcionando em um prédio cedido pela Prefeitura de Sertânia<sup>3</sup>.

Contudo, é necessário que seja construída, em etapas, a estrutura física definitiva do Centro Acadêmico do Sertão, de modo a propiciar as instalações necessárias e adequadas para alunos, professores e pesquisadores da Universidade, considerando fatores como acessibilidade, segurança, funcionalidade, conforto ambiental e integração acadêmica.

Cabe ressaltar que o processo licitatório para a construção do Centro Acadêmico do Sertão – Etapa 1, já foi realizado pela Universidade Federal de Pernambuco. Desse modo, a presente contratação tem como escopo a continuação do processo de construção do Centro Acadêmico do Sertão – etapa 2. Nessa etapa, será construída uma nova edificação, voltada prioritariamente ao desenvolvimento de atividades de ensino pesquisa e extensão no âmbito das ciências médicas. Além disso, a contratação também contempla a construção de um estacionamento, bem como todo o agenciamento externo da edificação (calçada, rampa externa e escada externa em concreto simples).

Assim, a presente contratação tem como principais objetivos:

- (i) Continuar o processo de ocupação do terreno destinado à implantação do Centro Acadêmico do Sertão.
- (ii) Ampliar a estrutura física destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Centro Acadêmico do Sertão.
- (iii) Proporcionar aos docentes, discentes, servidores e visitantes uma estrutura física adequada sob o ponto de vista da funcionalidade, acessibilidade, segurança e estética.

Por fim, aplicam-se a esta contratação os seguintes instrumentos normativos e normas técnicas:

#### Licitações e contratos administrativos

Lei Federal nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);

Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

#### Proteção ambiental

Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil).

#### Acessibilidade

NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);

NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

#### Estruturas de Concreto Armado

NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento);

NBR 6122 (Projeto e execução de fundações).

#### Estrutura metálica

NBR 8800 (Projeto de estruturas de aço e estruturas mistas de aço e concreto de edifícios);

Impermeabilização e drenagem de águas pluviais

NBR 9574 (Execução de Impermeabilização)

NBR 9575 (Impermeabilização – Seleção e projeto)

NBR 10844 (Instalações Prediais de Águas Pluviais – Procedimento)

Instalação de cabeamento estruturado

NBR 14565 (Cabeamento estruturado para edifícios comerciais);

NBR 16415 (Caminhos e espaços para cabeamento estruturado).

Instalações Elétricas

NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão);

NBR 14039 (Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV).

NBRISO/CIE8995-1 (Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior)

Instalações Hidrossanitárias

NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);

NBR 5626 (sistemas prediais de água fria e água quente — projeto, execução, operação e manutenção).

Instalações Mecânicas

NBR 16858 (Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação)

NBR 5665 (Cálculo de Tráfego nos Elevadores);

NBR 14712 (Elevadores de carga, monta carga e elevadores maca – requisitos de segurança para construção e instalação);

NBR ISO 9386 (Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional);

Instalações Prevenção e Combate a Incêndios

Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco e demais normas correlatas emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco;

NBR 10897 (Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos - requisitos);

NBR 10898 (Sistema de iluminação de emergência);

NBR 11742 (Porta corta-fogo para saída de emergência);

NBR 12693 (Sistema de proteção por extintores de incêndio);

NBR 9077 (Saídas de emergência em edifícios);

NBR 17240 (Sistemas de detecção e alarme de incêndio - projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme).

Instalações de SPDA

NBR 5419 (Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas).

#### Normas Regulamentadoras

NR 1 (Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais);

NR 4 (Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho);

NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio – CIPA);

NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);

NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

NR 8 (Edificações);

NR 9 (Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos);

NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);

NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);

NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);

NR 17 (Ergonomia);

NR 18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção);

NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);

NR 26 (Sinalização de segurança);

NR 28 (Fiscalização e penalidades).

#### Outras normas técnicas aplicáveis

Todas as normas e diretrizes técnicas aplicáveis à climatização e exaustão de edificações, inclusive orientações dos respectivos fabricantes;

Ressaltamos que o rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

1. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/governo-federal-garante-r-5-5-bilhoes-em-investimentos-para-universidades-no-novo-pac#:~:text=Novo%20PAC-,Governo%20Federal%20garante%20R%24%205%2C5%20bilh%C3%B5es%20em%20investimentos,para%20universidades%20no%20Novo%20PAC&text=Desde%20janeiro%20de%202023%2C%20o,p%C3%ABlica%20em%20todo%20o%20Brasil>. Acesso em: 05 de set. 2025.

2. Disponível em: [https://www.ufpe.br/inicio/-/asset\\_publisher/55e3vpMwmIA2/content/novo-campus-da-ufpe-em-sertania-vai-oferecer-seis-cursos-de-graduacao-totalizando-2-800-vagas/40615](https://www.ufpe.br/inicio/-/asset_publisher/55e3vpMwmIA2/content/novo-campus-da-ufpe-em-sertania-vai-oferecer-seis-cursos-de-graduacao-totalizando-2-800-vagas/40615). Acesso em: 05 de set. 2025.

3. Disponível em: [https://www.ufpe.br/inicio/-/asset\\_publisher/55e3vpMwmIA2/content/novo-campus-da-ufpe-em-sertania-vai-oferecer-seis-cursos-de-graduacao-totalizando-2-800-vagas/40615](https://www.ufpe.br/inicio/-/asset_publisher/55e3vpMwmIA2/content/novo-campus-da-ufpe-em-sertania-vai-oferecer-seis-cursos-de-graduacao-totalizando-2-800-vagas/40615). Acesso em: 05 de set. 2025.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS	CARLOS HENRIQUE LOPES FALCÃO

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

4.2. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

4.3. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;

(i) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;

(ii) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

(iii) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

(iv) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

(v) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;

(vi) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

4.4. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

4.5. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

4.6. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;

4.7. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

4.8. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

4.9. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

4.10. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;

4.11. As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente, integralmente previstas no Projeto Básico da contratação.

## **5. Levantamento de Mercado**

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Embora fosse possível a realização das atividades do Centro Acadêmico do Sertão em imóveis locados na região, a construção da estrutura física de propriedade da Universidade é a medida mais coerente pelas razões a seguir expostas.

A primeira delas é a de que a consolidação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão em um Centro Acadêmico favorece a integração de toda uma comunidade acadêmica, possibilitando uma maior interação entre estudantes, professores e pesquisadores. Essa junção permitiria uma troca mais fluida de informações, auxiliando no processo de compartilhamento e consolidação do conhecimento. Nessa perspectiva, cabe destacar que a Universidade Federal de Pernambuco já concluiu o processo licitatório relativo à construção do Centro Acadêmico do Sertão – Etapa 1.

A segunda razão, diz respeito ao fato de que a construção do Centro Acadêmico do Sertão permitiria a consolidação das atividades de ensino, pesquisa e extensão em um mesmo local, facilitando o deslocamento diário de estudantes e professores.

Por último, a construção do Centro Acadêmico do Sertão tem o potencial de impactar positivamente no desenvolvimento econômico e urbano do município de Sertânia, ampliando as oportunidades de emprego e favorecendo a geração de renda para a comunidade local.

Além disso, cabe ressaltar que os projetos de arquitetura e complementares de engenharia foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas bem como a todos os requisitos de desempenho e funcionalidade exigidos.

Ademais, a realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 2 não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame. Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para realização da Construção do Centro Acadêmico do Sertão (CAS) – Etapa 2 mostra-se como uma solução viável e adequada ao atendimento dos objetos apresentados no item 2 (descrição da necessidade) deste documento.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução desenvolvida na presente contratação trata-se da execução de obra, definida pelo artigo 6º, XII, da lei 14.133 /21 como “toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;”;

6.2. Trata-se, também, de obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo, definida pelo Art. 6º, XVII, da Lei 14133/21, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”;

6.3. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de execução indireta, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;

6.4. O regime de execução a ser adotado será o de empreitada por preço unitário;

6.5. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de 600 (seiscentos dias);

6.6. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste Estudo Técnico Preliminar não exige dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Maria Isabel Pinto de Oliveira (CAU A117064), as intervenções necessárias para a construção do Centro Acadêmico do Sertão – Etapa 2, tratam-se, principalmente, das seguintes:

7.1 O programa de necessidades da edificação é composto pelos seguintes ambientes:

7.1.1 Térreo

Antessala

Recepção

Convivência

Cine teatro

Biblioteca

Cantina

Sanitários

COREME

Diretório Acadêmico (D.A.)

Terceirizados

Infraestrutura

Segurança

Almoxarifado

Copa

Depósito de Materiais de Limpeza (DML)

Escolaridade

SEAP

Coordenação – 02 unidades

Secretaria

Atendimento psicológico – 02 unidades

#### 7.1.2 1º Pavimento

Salas de aula – 06 unidades

Salas de tutoria – 02 unidades

Reunião

Sala professores

Copa

Depósito de Materiais de Limpeza (DML)

Sanitários – 04 unidades

Depósitos – 02 unidades

#### 7.1.3 2º Pavimento

Simulações – 02 unidades

Alunos – 02 unidades

Equipamentos ti – 02 unidades

Almoxarifado – 02 unidades

Oficina rede

Depósito

Radiologia

Monitoramento



Vídeo conferência – 02 unidades

Laboratórios de informática – 03 unidades

Laboratórios – 02 unidades

Sala de formação do olhar

#### 7.1.4 3º Pavimento

Mesas anatômicas

Histologia

Genética

Microscopia

Parasitologia

Imunobioquímica – 02 unidades

Fisiologia / farmacologia – 02 unidades

Hematologia

Microbiologia – 02 unidades

Esterilização água

Laboratório morfofuncional

Laboratórios – 05 unidades

Sala para alunos

Sala para técnicos

Sala para animais

Sanitários – 04 unidades

Copa

Depósito de Materiais de Limpeza (DML)

7.2 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 9.049,57 m<sup>2</sup>, subdividida da seguinte forma:

7.2.1 Térreo: 2.030,00 m<sup>2</sup>;

7.2.2 1º Pavimento: 1.760,00 m<sup>2</sup>;

7.2.3 2º Pavimento: 1.760,00 m<sup>2</sup>;

7.2.4 3º Pavimento: 1.760,00 m<sup>2</sup>;

7.2.5 Coberta: 2.764,00 m<sup>2</sup>;

7.2.6 Estacionamento em piso intertravado: 1.383,60 m<sup>2</sup>;

7.2.7 Agenciamento externo: 355,97 m<sup>2</sup>;

7.3 Para a construção do Centro Acadêmico Sertão – Etapa 2, serão realizados os seguintes serviços:

#### 7.3.1 Estrutura

Construção de estrutura de concreto armado aparente, com aplicação de silicone;

Construção de lajes do tipo treliçada com enchimento em EPS.

#### 7.3.2 Vedações

Instalação de brises metálicos;

Construção de parede de alvenaria de blocos cerâmicos;

Construção de parede de alvenaria de elementos vazados de concreto;

Instalação de divisórias em granito;

Instalação de divisórias em painel do tipo SL com núcleo em termoisolante em PUR;

Instalação de divisórias acústica tipo piso teto.

#### 7.3.3 Circulação vertical

Construção de escada principal, com acabamento de piso em granito e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo, piso tátil de alerta e fita antiderrapante;

Construção de escada de emergência, com acabamento em piso de alta resistência e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo, piso tátil de alerta e fita antiderrapante;

Instalação de 4 elevadores com capacidade para 15 pessoas, cada;

Construção de rampa com acabamento em piso de alta resistência e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo e piso tátil de alerta.

#### 7.3.4 Esquadrias

Instalação de portas de alumínio em veneziana de uma e duas folhas;

Instalação de portas de madeira de giro em madeira de lei revestida com laminado melamínico de alta pressão de uma e duas folhas;

Instalação de portas de madeira de correr, revestida com laminado melamínico de alta pressão;

Instalação de porta de madeira de giro em madeira de lei revestida com laminado melamínico de alta pressão, com visor, de uma e duas folhas;

Instalação de porta de vidro temperado;

Instalação de portas de giro com uma folha em laminado melamínico estrutural;

Instalação de portas para divisória para painel SL divisória;

Instalação de portas para divisória acústica modulada;

Instalação de portas em aço tipo corta-fogo;

Instalação de janelas tipo correr na linha 25 em alumínio anodizado;

Instalação de janelas tipo maximar na linha 25 em alumínio anodizado;

Instalação de janelas tipo maximar na linha 25 em alumínio, com aplicação de moldura em concreto aparente e aplicação de solução de silicone hidrorrepelente;

Instalação de esquadria tipo fixa na linha 25 em alumínio anodizado;

Instalação de esquadria tipo correr na linha imperial em alumínio anodizado;

Instalação de esquadria tipo veneziana na linha 25 em alumínio anodizado;

Instalação de visor na linha 25 em alumínio anodizado;

Instalação de esquadria tipo “pele de vidro” na linha 25 em alumínio anodizado.

#### 7.3.5 Estruturas de forro

Instalação de forro removível em FGR liso, com chapa de gesso revestido em película PVC;

Instalação de forro acústico em placa de gesso acartonado removível;

Instalação de forro fixo em placa de gesso acartonado.

#### 7.3.6 Coberta

Execução de laje em concreto impermeabilizada;

Instalação de estrutura metálica composta por perfil “U”;

Instalação de telha galvalume termoacústica;

Instalação de algeroz em concreto armado;

Instalação de calha em chapa de alumínio;

Instalação de cumeeira trapezoidal para telha galvalume termoacústica;

Instalação de cobertura em chapa de policarbonato do tipo alveolar;

Instalação de escada de marinho e guarda-corpo para acesso ao reservatório;

Instalação de escada de marinho e guarda-corpo para acesso à cobertura;

Instalação de tampa para alçapão em alumínio;

Instalação de tampa para reservatório.

### 7.3.6 Impermeabilização

Aplicação de impermeabilização de superfícies com manta asfáltica;

Aplicação de impermeabilização de superfícies com argamassa polimérica;

Aplicação de impermeabilização de superfícies com manta a base de asfalto modificado;

### 7.3.7 Revestimento de paredes

Aplicação de revestimento em porcelanato esmaltado;

Aplicação de revestimento em massa única com acabamento em massa corrida e pintura em látex acrílico;

Aplicação de revestimento em massa única com acabamento em massa epóxi e pintura em epóxi;

Aplicação de revestimento em pastilha cerâmica formato 5x5cm;

Aplicação de revestimento em massa única e pintura em cal;

### 7.3.8 Revestimento de pisos

Aplicação de revestimento de alta resistência;

Aplicação de revestimento em placa de granito natural polido;

Aplicação de revestimento em vinílico homogêneo;

Aplicação de revestimento em porcelanato não esmaltado (UGL);

Aplicação de sinalizador fotoluminescente;

Plantio de gramas esmeralda em placas;

Aplicação de fita antiderrapante tipo safety-walk;

Instalação de pisos táteis de alerta.

### 7.3.9 Revestimento de teto

Aplicação de chapisco, massa única e acabamento em massa corrida, com pintura em látex acrílica em laje de concreto.

### 7.3.10 Outros elementos

Instalação de espelho cristal 4mm;

Instalação de bancada em granito natural polido;

Instalação de lavatório em louça com válvula de escoamento e sifão metálico;

Instalação de torneira metálica de mesa com fechamento automático para lavatório;

Instalação de bacia sanitária em louça para caixa acoplada;

Instalação de ducha higiênica com registro e derivação;

Instalação de chuveiro metálico;

Instalação de mictório convencional em louça;

Instalação de cabide com acabamento cromado;

Instalação de barra de apoio horizontal dimensão 80cm;

Instalação de barra de apoio horizontal dimensão 70cm;

Instalação de barra de apoio lateral tipo “U”;

Instalação de conjunto botoeira/acionador manual de alarme de emergência;

Instalação de dispenser para papel higiênico;

Instalação de dispenser para papel toalha;

Instalação de dispenser para sabão líquido.

7.4 Também compõe o projeto executivo de construção do Centro Acadêmico do Sertão – Etapa 2, os seguintes projetos complementares de engenharia:

7.4.1 Cálculo estrutural de concreto armado;

7.4.2 Cálculo estrutural de estruturas metálicas;

7.4.3 Drenagem de águas pluviais;

7.4.4 Drenagem de ar-condicionado;

7.4.5 Instalações de cabeamento estruturado;

7.4.6 Instalações elétricas;

7.4.7 Instalações hidrossanitárias;

7.4.8 Prevenção e combate a incêndio;

7.4.9 Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

7.5. Localização e quantificação integral dos serviços a serem realizados

Para identificação do local de realização de cada serviço e sua respectiva quantificação, deverão ser consultados os projetos executivos de arquitetura e a planilha orçamentária da obra. Deverão ser consultados, também, os projetos complementares de engenharia.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 33.962.406,63

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento elaborado pela Divisão de Orçamento da SPO, o montante de R\$ 33.962.406,63 (TRINTA E TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E SEIS REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS).

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de prejuízo para o conjunto ou complexo propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado.

Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

(Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOB, 2009)

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Como contratações correlatas, é cabível citar as que serão necessárias para a aquisição de mobiliário e equipamentos necessários ao desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos que serão futuramente instalados na edificação a ser construída.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.

O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2025, no item 375/2025.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Espera-se que, após a conclusão de sua segunda etapa, o Centro Acadêmico de Sertânia consolide o processo de implantação iniciado na primeira etapa, sendo proporcionada aos alunos, professores e técnicos-administrativos em educação uma nova edificação destinada ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, em pleno atendimento às diretrizes contemporâneas de acessibilidade, funcionalidade, segurança e conforto ambiental.

## **13. Providências a serem Adotadas**

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que a Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A construção do Centro Acadêmico do Sertão – Etapa 2, produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

- A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.
- C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos em conformidade com a legislação aplicável emitida pelo Município de Sertânia-PE, apresentando à fiscalização do contrato a comprovação dos serviços realizados.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente documento, após a análise da equipe de Estudo Técnico Preliminar, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável designada por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

**MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.



**NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação

Despacho: Responsável designado por meio da portaria de designação coletiva número 36, de 16 de abril de 2025, da Diretoria de Licitações e Compras da UFPE.

**GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO**

Membro da Equipe de Planejamento de Contratação



Emitido em 09/09/2025

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 25/2025 - DPP (11.02.04)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 09/09/2025 14:09 )*  
GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO  
CHEFE  
DE SPO (11.02.06)  
Matrícula: ###601#3

*(Assinado digitalmente em 09/09/2025 14:22 )*  
MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA  
DIRETOR  
DPP (11.02.04)  
Matrícula: ###330#6

*(Assinado digitalmente em 09/09/2025 14:18 )*  
NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI  
ARQUITETO E URBANISTA  
CA SPO (11.02.05)  
Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **25**, ano: **2025**, tipo:  
**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **09/09/2025** e o código de verificação: **f8e5a8532a**